

# MEMÓRIA E IDENTIDADE NA HISTÓRIA ECLESIÁSTICA DE EUSÉBIO DE CESARÉIA

*Marcus da Silva Cruz*

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

E-mail: marcusacruz@uol.com.br

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia. Memória. Identidade. Eusébio de Cesaréia.

As discussões envolvendo as questões ligadas a memória e a identidades se apresentam hoje como centrais no debate historiográfico não apenas no âmbito da acadêmica brasileira, mas também em diferentes e diversas universidades em todo o mundo. Nesta oportunidade nosso objetivo é refletir acerca do lugar ocupado pelo discurso historiográfico na elaboração das memórias e na construção das identidades, tendo como suporte documental a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia. De forma mais específica iremos nos debruçar em dois problemas. Em primeiro lugar na memória do martírio como elemento de construção da identidade da comunidade cristã e em um segundo momento na sucessão apostólica como fator de luta contra os movimentos heréticos e como afirmação do poder episcopal na Igreja.

Iniciaremos nossa análise com uma discussão, ainda que sucinta, dos conceitos de memória e de identidade que serão utilizados no presente trabalho, pois entendemos que é obrigação do historiador refletir acerca dos problemas de ordem conceitual e teórico que sustentam seu discurso.

Como afirma Jacques Le Goff (1984, p. 11): “O conceito de memória é crucial”. Tal afirmação do medievalista francês pode ser tomada de duas formas. Por um lado ressalta a importância da memória nas discussões contemporâneas no campo das humanidades, principalmente entre os historiadores. Por outro nos remete a relevância fulcral da memória no debate atual acerca do problema da identidade, na medida em que a memória é um dos elementos constituintes e fundadores da identidade.

A princípio, a memória pode parecer ser um fenômeno de cunho pessoal, afinal de contas cada um de nós possui suas lembranças sobre sua trajetória de vida, no entanto os trabalhos de Maurice Halbwachs (1998) demonstraram que talvez o aspecto mais importante da memória seja o seu caráter social, isto é como um fenômeno que é construído de forma

coletiva, sendo, portanto, submetida às flutuações, transformações e mudanças constantes (HALBWACHS, 1998).

Por outro lado, devemos salientar a contribuição da psicologia para o conceito de memória tanto no que concerne a recordação quanto ao esquecimento, assim como na questão da manipulação consciente ou não da memória individual ou coletiva. Neste sentido os esquecimentos e os silêncios são muito reveladores dos mecanismos de manipulação da memória.

Podemos nos questionar acerca dos elementos que constituem a memória tanto individual quanto coletiva. Para Michael Pollack (1992) esses elementos são em primeiro lugar os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar aqueles acontecimentos vivenciados pelo grupo ao qual o indivíduo se sente pertencer. Neste processo de construção de identidade o processo de socialização histórica da memória participa de forma tão efetiva e marcante que podemos falar de uma memória herdada.

Estamos, portanto, entendendo é conceituando a memória enquanto um fenômeno construído tanto em termos individual, na medida em que essa construção pode acontecer de modo consciente ou inconsciente, quanto social, pois os grupos que compõe a sociedade lutam pelo direito de decidir o que será lembrado e o que será esquecido.

Do mesmo modo podemos afirmar que a memória individual e coletiva é um fenômeno construído, também é possível estabelecer uma ligação intrínseca entre memória e identidade. Tal relação surge à medida que a memória é um elemento constituinte da identidade, pois é a memória que cria as condições para o desenvolvimento do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo no seu processo de construção de identidade.

De que estamos falando quando falamos de identidade? Levi-Strauss, citado por Baumann (2005), afirma que: “A identidade é uma espécie de lar virtual ao qual nos é indispensável referirmo-nos para explicar um certo número de coisas, sem que jamais ele tenha existência real” (BAUMANN, 2005, p. 55). O conceito de identidade se relaciona assim com a maneira com que os homens interagem com o mundo, porém, é importante frisar, esse instrumento de interação homem-mundo é uma construção social e histórica e não um dado de realidade ou um *a priori* kantiano.

Isto significa dizer que o conceito de identidade não é algo que emerge da experiência humana como um fato da vida auto-evidente, mas surge da crise do pertencimento e do esforço por ela desencadeada no sentido de transpor a brecha entre o que deve ser e o que é,

por meio do soerguimento da realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia, em outras palavras recriar a realidade à semelhança da idéia.

Stuart Hall (1999) em seu livro *A Identidade Cultural Pós-Moderna* distingue três concepções de identidade, a saber: a do sujeito iluminista, a do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

O sujeito iluminista possui uma concepção que se baseia numa perspectiva da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. Esse “centro” era concebido como um núcleo interior, presente no indivíduo desde o seu nascimento e que o sujeito desenvolvia.

A perspectiva conceitual do sujeito sociológico é resultado da crescente complexidade do mundo moderno, assim como da consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e nem autossuficiente, mas sim, formado a partir da relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos em que o sujeito sociológico habitava.

A identidade, nessa concepção sociológica, possui como uma de suas atribuições preencher o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo interior do indivíduo e o mundo exterior que o circunda. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Neste sentido a identidade, então, é o fator que estabelece o liame entre o sujeito à sociedade.

A concepção de identidade pós-moderna parte do princípio de que o sujeito que possuía uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado. Isto significa dizer que o indivíduo passa a ser composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Por outro lado e simultaneamente as identidades, que compunham as paisagens sociais e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, foram implodidas, entraram em colapso, devido às transformações estruturais e institucionais. O resultado dessa mudança é que o processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Outra perspectiva para pensarmos a questão do conceito de identidade é apresentada por José Carlos Reis (2006). Para o autor essa discussão apresenta duas grandes correntes interpretativas (REIS, 2006).

A primeira que José Carlos Reis (2006) denomina de essencialista parte de uma perspectiva ontológica e metafísica do ser, formulando o problema do ponto de vista da continuidade. Isto é, o ser entendido como unificado, racional, consciente, centrado em seu núcleo interior. O pensamento cartesiano está na base desta concepção de ser que existia porque pensava.

A segunda perspectiva que formula o problema da identidade a partir da idéia de descontinuidade será denominada de não-essencialista. Essa linha interpretativa considera que a identidade é construída historicamente por meio do discurso e das relações práticas. É um processo que nunca se completa e que se encontra em contínua transformação.

O conceito de identidade assume, portanto, um caráter histórico à medida que não trata do que somos para sempre, mas sim no que nos tornamos. É uma narrativa aberta e flexível do ser, mas que possui uma eficácia material e política, mesmo que a sensação de pertencimento ocorra no imaginário, repleto e marcado pelos símbolos.

Em nossa pesquisa partimos de uma concepção de identidade que procurar fazer dialogar a perspectiva sociológica e não-essencialista. À medida que entendemos o conceito de identidade como construído a partir do discurso e das práticas sociais o que pré-supõe a mediação entre o sujeito e o ambiente cultural em que se insere. Por outro lado entendemos a identidade também como um dos elementos que estabelece a ligação entre o indivíduo e a sociedade.

Após a discussão, insisto, ainda que sucinta, dos conceitos norteadores deste trabalho passemos a refletir acerca da questão da elaboração da memória e da construção da identidade na *História Eclesiástica*. Esta obra de Eusébio de Cesaréia, escrita nas primeiras décadas do IV século, se insere em um momento particularmente especial no que concerne a história da comunidade cristã e de sua Igreja, especialmente ao que tange as problemáticas que estamos enfocando.

Os anos iniciais do IV século são um momento decisivo na história da Igreja cristã, em decorrência de dois fenômenos fundamentais. Em primeiro lugar a comunidade cristã experimenta a última e mais violenta perseguição geral de sua história, aquela movida por Diocleciano (LENZENWEGER et al, 2006, p. 34-35).

Por outro lado a o cristianismo após ter obtido a condição de *religio licita* e principalmente da conversão do imperador Constantino passa a receber a proteção e o benefício do Estado tardo romano. Em outras palavras, a Igreja cristã, a partir deste momento, passa progressivamente a se integrar de forma cada vez mais rápida as estruturas e a dinâmica do poder imperial (VEYNE, 2007).

Neste contexto o discurso historiográfico da *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia desempenha um papel fundamental não somente por inaugurar um novo campo historiográfico (MOMIGLIANO, 2004, p. 195-196), mas também e principalmente por esta obra consolidar uma memória acerca da comunidade cristã e buscar fundamentar a construção de uma identidade capaz de incorporar as profundas transformações pelas quais os adeptos do cristianismo.

Podemos iniciar nossa análise pelas palavras que abrem a *História Eclesiástica*:

I have purposed to record in writing the successions of the sacred apostles, covering the period stretching from our Saviour to ourselves; the number and character of the transactions recorded in the history of the Church; the number of those who were distinguished in her government and leadership in the provinces of greatest fame; the number of those who in each generation were the ambassadors of the word of God either by speech or pen; the names, the number and the age of those who, driven by the desire of innovation to an extremity of error, have heralded themselves as the introducers of Knowledge, falsely so-called ravaging the flock Christ unsparingly, like grim wolves...moreover, the number and natures and time of the wars and the character of those who, for its sake, passed from time to time through the contest of blood and torture; furthermore the martyrdoms of our own time, and the gracious and favouring help of our Saviour in them all (EUSEBIUS, 1998, p. 7-9).

A partir desta citação da obra de Eusébio de Cesaréia, podemos afirmar que um de seus objetivos era elaborar uma determinada memória da comunidade cristã, memória esse que esta baseada, por um lado, nos sucessores diretos de Jesus, ou seja, os apóstolos, únicos capazes de garantir e transmitir, aos bispos por meio da sucessão apostólica, a pureza da doutrina e da fé cristã e por outro na recordação dos mártires. Em outras palavras, em um momento em que a comunidade cristã vivencia um período de decisivas e fundamentais mudanças, que criam a necessidade de uma reorganização tanto da sua memória quanto da sua identidade.

Discutiremos esse processo, fundamentalmente, a partir duas questões, a saber: a memória dos mártires e a sucessão apostólica.

A liberdade de culto e o favorecimento advindo com a conversão de Constantino colocavam sérios problemas aos cristãos, tanto no que concerne a memória quanto ao que tange a identidade, uma vez que ambas era construída em oposição a elite dominante pagã, tendo como núcleo de memória e identitário a perseguição e o martírio, ou seja, o ser cristão se reconhecia no enfrentamento com o pagão perseguidor e no fortalecimento da fé diante do suplício (FRAKES, 2006, p. 9).

Podemos notar a importância do martírio na memória e na identidade cristã ao percebermos que Eusébio além de dedicar todo o Livro 8 da *História Eclesiástica* a perseguição de Diocleciano, ainda encontramos mais 20 capítulos nos demais livros da obra em que o autor aborda a perseguição e o martírio.

No primeiro relato de martírio que encontramos na *História Eclesiástica*, o de Tiago podemos perceber a relação entre martírio, fé e ser cristão.

Now at the time, - obviously that of Claudius, - Herod the king put forth his hand to vex certain of the church and killed James the brother of John with the sword. Concerning this James, Clement adds in the seventh book of the Hypotyposes a story worth mentioning, apparently from the tradition of his predecessors, to the effect that he who brought him to the court was so moved at seeing him testify as to confess that he also was himself a Christian So they were both asked for forgiveness for himself from James. And James looked at him for a moment and said, 'Peace be to you,' and kissed him. So both were beheaded at the same time (EUSEBIUS, 1998, p. 127).

A passagem acima de Eusébio nos permite perceber, por um lado, que a perseguição e a possibilidade do martírio permitem ao cristão exercitar e fortalecer a sua fé, que torna-se o elemento que o diferencia e o identifica diante do restante da sociedade, por outro como a memória funciona na comunidade cristã como um elemento de construção discursiva, uma vez que Eusébio se apropria de uma passagem de Clemente como forma de legitimação do seu próprio discurso.

Um segundo exemplo, nos parece ainda mais emblemático, de como a perseguição e o martírio assume um papel fundamental na construção da memória e da identidade cristã ao ponto de que quando a comunidade cristã vivencia um período de paz e tranquilidade a própria coesão do grupo fica ameaçado.

But when, as the result of greater freedom, a change to pride and sloth came over our affair, we fell to envy and fierce railing against one another, warring upon ourselves, so to speak, as occasion offered, with weapons and spears formed of words; and rulers attacked and laity formed factions against laity, while unspeakable hypocrisy and pretence pursued their evil course to the furthest end: until the divine judgement with a sparing hand, as its wont (for the assemblies were still crowded), quietly and moderately began to exercise its oversight, the persecution commencing with the brethren in the army (EUSEBIUS, 1998, p. 253-255).

O trecho da *História Eclesiástica* é cristalino, sem a perseguição e o martírio, mas também sem o outro, sem a alteridade a comunidade cristã acabou se voltando contra si mesma. Pois bem, esta é a situação vivenciada pelo cristianismo no IV século sendo

necessário construir uma nova identidade cristã o que respondesse a questão de ser cristão em um momento tanto de triunfo e expansão do cristianismo quanto e principalmente do estabelecimento da aliança entre a Igreja e o estado romano ainda pagão. Esta nova identidade que Eusébio de Cesaréia contribui em sua construção retoma a memória do martírio como elemento central e fundador da comunidade cristã.

Na *História Eclesiástica* uma das grandes preocupações de Eusébio de Cesaréia é estabelecer a sucessão apostólica das principais sedes episcopais exatamente os bispados de Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Roma. Esse esforço deve ser entendido a partir, ainda que não exclusivamente, dentro do problema da ortodoxia e da heresia.

Isto porque o problema da heresia questiona a identidade cristã a partir do interior da própria comunidade. É um outro, um estrangeiro que esta dentro das próprias fronteiras da Igreja. Como podemos perceber na descrição que Eusébio faz da heresia Ebionita:

They insisted on the complete observation of the law, and did not think that they would be saved by faith in Christ alone and by a life in accordance with it...These escaped the absurd folly of the first mentioned, and did not deny that the Lord was born of a Virgin and the Holy Spirit, but nevertheless agreed with them in not confessing his pre-existence as God, being the Logos and Wisdom (EUSEBIUS, 1998, p. 261-263).

A resposta de Eusébio ao desafio a identidade cristã representada pelas heresias é claro e inequívoco. É a sucessão apostólica, iniciada por um dos apóstolos, que garante a retidão da doutrina e da fé, ou seja, é a construção de uma memória:

But it is not easy to say how many of these and which of them were genuinely zealous and proved their ability to be the pastors of the churches founded by Apostles, except by making a list of those mentioned by Paul (EUSEBIUS, 1998, p. 195).

Podemos afirmar, portanto, que diante do desafio apresentado pelas heresias a identidade cristã a resposta de Eusébio foi de recorrer a tradição, a memória para marcar as diferenças entre os cristãos heréticos e os cristãos verdadeiros, ou seja, aqueles que seguem a doutrina e a fé estabelecida pelos apóstolos.

Gostaríamos de analisar mais de perto uma das principais sucessões apostólicas apresentadas pela *História Eclesiástica*, aquela concernente a sede episcopal de Roma por considerar o tratamento de Eusébio confere a questão um exemplo cabal de como a obra em análise configura-se como um *locus* de construção de memória e, por conseguinte, de identidade.

Quanto à questão das origens apostólicas da sede episcopal romana, Eusébio afirma claramente ter sido Pedro o primeiro bispo de Roma, a *História Eclesiástica* é absolutamente cristalina: “After the martyrdom of Paul and Peter, Linus was the first appointed to the bishopric of the church of Rome” (EUSEBIUS, 1998, p. 191). Uma segunda passagem reforça a ideia e praticamente repete os termos do primeiro trecho citado: “...and Linus, who is mentioned in second Epistle to Timothy as present with him in Rome has already been declared to have been the first after Peter to be appointed to bishopric of the Church in Rome” (EUSEBIUS, 1998, p. 197).

Não há lugar a dúvidas de que para Eusébio o primeiro bispo de Roma é Pedro, porém esta é uma tradição “inventada” possivelmente em meados do III século, à medida que para Irineu, por exemplo, o primeiro a ocupar o episcopado romano foi Lino e para Tertuliano o primeiro bispo de Roma foi Clemente (ESTRADA, 2005, p. 448).

Podemos afirmar, portanto, que encontramos na *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia a construção de uma memória, a “invenção de uma tradição” que faz de Pedro, o primeiro bispo da comunidade romana e que essa memória serve tanto para o combate das heresias, à medida que faz dos bispos sucessores dos apóstolos os guardiões da pureza da fé e da doutrina como também reforça a figura do bispo como elemento identitário da comunidade cristã.

Para concluirmos gostaríamos de ressaltar dois elementos que esperamos tenham ficado claro em nossa análise. O primeiro de caráter mais geral, ou seja, a possibilidade da utilização dos conceitos de memória e identidade como instrumentos de análise para explicação das transformações experimentadas pela comunidade cristã ao longo do IV século. O segundo aspecto se reveste de uma característica mais específica, a saber, a importância do discurso historiográfico, no caso deste trabalho a *História Eclesiástica*, enquanto lugar de memória como *corpus* documental para o estudo das questões relativas a construção de identidades.

## **Referências**

BAUMANN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BROX, Norbert. *Historia de la Iglesia primitiva*. Barcelona: Herder, 1986.



DIGESER, E. D. P. Christian or hellene? The great persecution and the problem of identity. In: FRAKES, R. M.; DIGESER, E. D. P. (Ed.). *Religious identity in Late Antiquity*. Toronto: Edgar Kent Publishers, 2006. p. 35-58.

EUSEBIUS, *Ecclesiastical History*. London: Harvard University Press, 1998.

ESTRADA, Juan Antonio. *Para compreender como surgiu a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

FRAKES, R. M.; DIGESER, E. D. P. (Ed). *Religious identity in Late Antiquity*. Toronto: Edgar Kent Publishers, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *La memoire collective*. Paris: Albin-Michel, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LE GOFF, Jacques. *Memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

LENZENWEGER, Josef et al. *História da Igreja católica*. São Paulo: Loyola, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

NORA, Pierre. *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1997.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2; de Calmon e Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VEYNE, P. *Quand notre monde est devenu chrétien (312-394)*. Paris: Albin Michel, 2007.